

Demonstrações Financeiras
Salto do Guassupi Energética S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



EY
Building a better
working world

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Salto do Guassupi Energética S.A.
Brusque (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salto do Guassupi Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para os assuntos abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



EY

Building a better
working world

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de venda de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita; ii) avaliação das políticas contábeis relacionadas ao processo de reconhecimento de receita iii) verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de geração de energia e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica; iv) realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita; e v) avaliação das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world

Recuperação do ativo imobilizado - fase inicial de operação

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, a Companhia encontra-se em fase inicial de operação e realizou investimentos relevantes na construção de sua barragem e usina. Como consequência, a Companhia necessitou de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção de sua planta e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela Diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da Diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) para as controladas ainda não em operação, verificamos a evolução física das obras, (iv) verificamos autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas início das operações, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e



Building a better
working world

emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



EY

Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O-0

Salto do Guassupi Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.042	1.757
Contas a receber		1.296	1.078
Tributos a recuperar		20	20
Total do ativo circulante		<u>2.358</u>	<u>2.855</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	5	3.010	-
Imobilizado	6	102.015	104.398
Intangível		29	26
Total do ativo não circulante		<u>105.054</u>	<u>104.424</u>
Total do ativo		<u><u>107.412</u></u>	<u><u>107.279</u></u>

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	5.393	5.320
Fornecedores	7	252	437
Obrigações sociais e trabalhistas		31	21
Tributos a recolher		161	177
Tributos diferidos		27	32
Total do passivo circulante		<u>5.864</u>	<u>5.987</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	50.743	49.932
Partes relacionadas	5	31.921	31.901
Provisão para gastos ambientais	9	279	279
Total do passivo não circulante		<u>82.943</u>	<u>82.112</u>
Patrimônio líquido	11		
Capital social		20.630	20.630
Reservas de capital		4.000	4.000
Prejuízos acumulados		(6.025)	(5.450)
Patrimônio líquido		<u>18.605</u>	<u>19.180</u>
Total do passivo		<u><u>107.412</u></u>	<u><u>107.279</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	12	11.411	12.881
Custo do serviço prestado		(4.050)	(6.302)
Resultado bruto		7.361	6.579
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(1.352)	(1.321)
		(1.352)	(1.321)
Resultado antes do resultado financeiro		6.009	5.258
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		188	15
Despesas financeiras		(6.368)	(8.437)
		(6.180)	(8.422)
Resultado antes dos impostos		(171)	(3.164)
IRPJ/CSLL corrente	15	(409)	(404)
IRPJ/CSLL diferidos	15	5	(30)
Lucro/Prejuízo do exercício		(575)	(3.598)
Lucro/Prejuízo do exercício		(575)	(3.598)
Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(15,16)	(94,89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(575)	(3.598)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(575)</u></u>	<u><u>(3.598)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.630	4.000	(1.852)	22.778
Prejuízo do exercício	-	-	(3.598)	(3.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.630	4.000	(5.450)	19.180
Prejuízo do exercício	-	-	(575)	(575)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.630	4.000	(6.025)	18.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	(171)	(3.164)
Depreciação	2.442	2.434
Juros de empréstimos	6.213	-
Redução (aumento) em:		
Contas a receber	(218)	(1.027)
Partes relacionadas	(2.990)	-
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	(185)	(398)
Obrigações sociais e trabalhistas	10	11
Tributos a recolher	(425)	(276)
Partes relacionadas	-	2.020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.676	(400)
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(59)	705
Adições de intangível	(3)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(62)	705
Atividades de financiamentos		
Juros imobilizado	-	5.894
Pagamentos de empréstimos	(5.329)	(4.836)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(5.329)	1.058
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(715)	1.363
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.757	394
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.042	1.757
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	(715)	1.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Salto do Guassupi Energética S.A. (“Salto” ou Companhia”), com sede em Julio Castilhos na Estrada da Quebra Dentes, s/n, no bairro Interior- Estado do Rio Grande do Sul é uma sociedade por ações constituída em 07 de julho de 2006. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Guassupi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Júlio Castilho e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.931, de 26 de fevereiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa.

A geradora terá potência instalada de 12.199 kW e potência líquida de 12.016 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 5.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2019. No mês de dezembro de 2020 a Companhia iniciou suas operações e começou a gerar energia.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade de investimento na infraestrutura operacional de suas investidas e na data de divulgação deste relatório, confirmamos que nosso acionista possui capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de março de 2023.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2.2. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

2.5. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.6. Custo das debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de debêntures compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos a debêntures.

2.7. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (I) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (II) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (III) a determinação do preço para cada tipo de transação; (IV) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (V) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (I) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
 - (a) *Suprimento de energia* - ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que será iniciado a partir de janeiro de 2022; e

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita--Continuação

(I) Suprimento de energia--Continuação

- (b) *Suprimento de energia - ambiente livre:* a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022. No exercício de 2020 toda energia gerada foi negociada em ambiente livre.
- (II) *Ajuste positivo CCEE:* a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

2.8. Tributos

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) 0% a 30%.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado “lucro presumido regime de competência”. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

A Companhia não identificou nenhum contrato como oneroso, pois os custos inevitáveis nos contratos, que eram os custos de cumpri-los, compreendiam apenas custos incrementais diretamente relacionados aos contratos.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--Continuação

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos	953	1.188
Aplicações financeiras	89	569
	<u>1.042</u>	<u>1.757</u>

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Partes relacionadas

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito. Os saldos estão assim apresentados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Guassupi Participações S.A.	<u>3.010</u>	-
	<u>3.010</u>	<u>-</u>
Passivo	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Guassupi Participações S.A.	<u>31.921</u>	31.901
	<u>31.921</u>	<u>31.901</u>

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Taxa média anual de depreciação	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo de aquisição			
Terrenos		4.620	4.620
Máquinas e equipamentos		25.499	25.455
Edificações		75.329	75.314
Móveis e utensílios		9	9
Adiantamentos a fornecedores		1.434	1.434
		<u>106.891</u>	<u>106.832</u>
Depreciação acumulada			
Veículos	20%	(2)	-
Edificações	2% a 4%	(3.253)	(1.626)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(1.621)	(807)
Móveis e utensílios	6,25%	-	(1)
		<u>(4.876)</u>	<u>(2.434)</u>
Total do imobilizado		<u>102.015</u>	<u>104.398</u>

Em 31 de dezembro de 2022 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Imobilizado--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2022

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Custo de aquisição					
Terrenos		4.620	-		4.620
Máquinas e equipamentos		25.455	44		25.499
Edificações		75.314	15		75.329
Móveis e utensílios		9	-		9
Adiantamentos a fornecedores		1.434	-		1.434
		106.832	59		106.891
Depreciação acumulada					
Móveis e utensílios	20%	-	-	(2)	(2)
Edificações	2% a 4%	(1.626)	-	(1.627)	(3.253)
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(807)	-	(814)	(1.621)
Veículos	6,25%	(1)	-	1	-
		(2.434)	-	(2.442)	(4.876)
Total do imobilizado		104.398	59	(2.442)	102.015

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2021

	31/12/2020	Adição	Depreciação	Transferência	31/12/2021
Custo de aquisição					
Terrenos	4.841	(221)	-	-	4.620
Máquinas e equipamentos	-	345	-	25.110	25.455
Edificações	-	131	-	75.183	75.314
Móveis e utensílios	-	-	-	9	9
Imobilizado em curso	100.242	1.494	-	(100.302)	1.434
	105.083	1.749	-	-	106.832
Depreciação acumulada					
Edificações	-	-	(1.626)	-	(1.626)
Máquinas e equipamentos	-	-	(807)	-	(807)
Móveis e utensílios	-	-	(1)	-	(1)
			(2.434)	-	(2.434)
Total do imobilizado	105.083	1.749	(2.434)	-	104.398

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	<u>252</u>	<u>437</u>
	<u>252</u>	<u>437</u>

8. Debêntures

Em 05 de dezembro de 2019 foi assinada a Escritura de Emissão de Debêntures entre a Companhia e a instituição bancária Itaú Unibanco S.A., com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$50 milhões, com taxa indexada à taxa IPCA + spread de 4,525 % e prazo de 18 anos, sendo um ano e meio de carência. A emissão ocorreu em 30 de dezembro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de junho de 2021, em 34 parcelas, com vencimento final em 15 de dezembro de 2037. O Agente Fiduciário nomeado é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures captadas são para construção da PCH e possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures			
Itaú S.A.	IPCA + 4,525 a.a.	<u>56.136</u>	<u>55.252</u>
		<u>56.136</u>	<u>55.252</u>
Circulante		5.393	5.320
Não circulante		50.743	49.932

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Debêntures--Continuação

Mapa de movimentação de debêntures

A seguir demonstramos a movimentação em 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>51.740</u>
Juros, atualização e custos de captação	8.348
Pagamentos	(4.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>55.252</u>
Juros, atualização e custos de captação	6.213
Pagamentos	(5.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>56.136</u>

Cronograma de amortização da dívida do não circulante

	<u>31/12/2022</u>
Ano	
2024	3.220
2025	3.565
2026	3.927
A partir de 2027	40.031
	<u>50.743</u>

Obrigações da Companhia (“covenants”)

A Companhia obrigasse a observar determinadas cláusulas de restrição “covenants” constantes dos contratos de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais da Companhia contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da “Geração de Caixa da Atividade no PRef” dividido pelo “Serviço da Dívida no PRef”.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 a Companhia cumpriram todas as obrigações (“covenants”) relacionados aos contratos de debêntures.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Provisão para gastos ambientais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para gastos ambientais	<u>279</u>	<u>279</u>
	<u>279</u>	<u>279</u>

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da PCH e realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2022. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

10. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía R\$1.817.000 em processo com probabilidade “possível” de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$20.630 em 31 de dezembro de 2022 (R\$20.630 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por um total de 37.916 de ações (R\$20.630 em 31 de dezembro de 2020).

b) Resultado acumulado

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteado pelos artigos 201 a 203 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício de 2022 a Companhia não auferiu lucros.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

12. Receitas operacionais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta		
Venda de energia	<u>11.843</u>	<u>14.773</u>
	<u>11.843</u>	<u>14.773</u>
Deduções da receita		
ICMS sobre vendas	-	(1.367)
PIS e COFINS sobre vendas	<u>(432)</u>	<u>(525)</u>
	<u>(432)</u>	<u>(1.892)</u>
Receita operacional líquida	<u>11.411</u>	<u>12.881</u>

13. Despesas administrativas e gerais

A seguir demonstramos a despesa por natureza nas datas dos balanços:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Gastos por função		
Custo do serviço prestado	<u>(4.050)</u>	<u>(6.302)</u>
Despesas administrativas e gerais	<u>(1.352)</u>	<u>(1.321)</u>
	<u>(5.402)</u>	<u>(7.623)</u>
Gastos por natureza		
Custo aquisição de energia	(745)	(3.032)
Encargos de uso e conexão	(481)	(387)
Serviços de terceiros	(1.066)	(1.067)
Depreciação	(2.442)	(2.434)
Despesas com pessoal	(270)	(170)
Honorários contábeis	(36)	(57)
Assessoria jurídica	(71)	(216)
Viagens e estadias	(14)	(15)
Internet e telefone	(32)	(33)
Taxas e cartórios	(78)	(68)
Perdas	(8)	-
Seguros	(122)	(97)
Outras despesas	<u>(37)</u>	<u>(47)</u>
	<u>(5.402)</u>	<u>(7.623)</u>

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	188	14
Descontos obtidos	-	1
	188	15
Despesas financeiras		
Juros e custo de empréstimos	(6.213)	(8.348)
Outras despesas financeiras	(155)	(89)
	(6.368)	(8.437)
Resultado financeiro	(6.180)	(8.422)

15. Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Venda de energia		
	11.843	14.773
	11.843	14.773
Presunção IRPJ a 8%	947	1.182
Presunção CSLL a 12%	1.421	1.773
Outras receitas		
Receitas aplicações financeiras	188	14
Receitas aplicações financeiras capitalizada ao imobilizado	188	14
Impostos correntes		
Imposto de renda (15% a 25%)	(263)	(255)
Contribuição social (9%)	(146)	(150)
	(409)	(405)
Impostos diferidos		
Imposto de renda (25%)	3	(19)
Contribuição social (9%)	2	(11)
	5	(30)

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2022 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.042	1.757
Contas a receber	1.296	1.078
Partes relacionadas - ativa	3.010	-
Fornecedores	252	437
Partes relacionadas - passiva	31.921	31.901
Empréstimos e financiamentos	56.136	55.252

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

- (a) Risco de crédito: o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- (b) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 9 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.
- (c) Risco de descontratação: A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.
- (d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.
- (e) Risco de regulação: as atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

- (f) Gerenciamento de capital: a Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.
A dívida líquida da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	56.136	55.252
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	1.042	1.757
Dívida líquida	55.094	53.495
Total do patrimônio líquido	18.605	19.180
Dívida líquida e patrimônio líquido	73.699	72.675
Quociente de alavancagem	75%	74%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

- (g) Risco Operacional: O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção da sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragem.
- (h) Risco hidrológico: O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega de energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de retração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-se entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Salto do Guassupi Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

18. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros de empréstimos capitalizados ao imobilizado	-	5.894
Provisão para gastos ambientais	279	279